



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

GROTH WILLIAM PETER Maj Av

Assessores de aviação de combate: uma potencial capacidade para a força aérea brasileira

Rio de Janeiro
2021

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

Assessores de aviação de combate: uma potencial capacidade para a força aérea brasileira

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso Avançado de
Comando e Estado-Maior da Escola de
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Linha de Pesquisa: Poder Aeroespacial
Orientador: ANDRÉ **CIARLINI** MAIA Cel
Av

Rio de Janeiro
2021

RESUMO

Esta pesquisa tem o propósito de determinar a viabilidade de se instituir um sistema de assessores de aviação de combate na Força Aérea Brasileira, baseando-se nos três níveis de assessores de aviação dos Estados Unidos: básico, avançado e de combate. Para tanto, os objetivos desta pesquisa incluíram identificar, sob o enfoque da estratégia de emprego do Poder Aéreo, o nível de interação atual da Força Aérea Brasileira com as nações amigas, as oportunidades de interoperabilidade a partir das capacidades aliadas e quais países poderiam beneficiar ainda mais o fortalecimento da segurança nacional brasileira. Como resultado do trabalho, verificou-se que tal assessoria obtém sucesso no alcance dos objetivos políticos, estratégicos, operacionais e táticos das nações parceiras com os Estados Unidos. Por fim, a coleta de dados e a revisão de artigos acadêmicos demonstraram que a Força Aérea Brasileira se beneficiaria significativamente com a implementação de um sistema de assessores de aviação de combate, com vistas à interoperabilidade com as nações amigas, no futuro.

Palavras-chave: assessor; aviação; combate; Força Aérea.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. METODOLOGIA.....	8
3. REFERENCIAL TEÓRICO.....	9
4. ASSESSORIA DE AVIAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	11
4.1. Análise dos Dados Coletados.....	12
5. CONCLUSÃO.....	23
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Segundo o Departamento de Defesa dos Estados Unidos, os assessores de aviação de combate da Força Aérea dos Estados Unidos da América são militares especializados que servindo em destacamentos de aviação operacional, são responsáveis pela integração com assessores de forças de operações especiais de superfície, na condução de atividades, com e por meio, das forças de aviação estrangeiras em territórios permissivos, incertos, hostis e negados, para degradar ou derrotar uma ameaça (DOD, 2020).

Nos destacamentos ou nas guarnições, os assessores de aviação de combate são parceiros em exercícios conjuntos com as forças de operações especiais do Exército, da Marinha e dos Fuzileiros. Na Força Aérea dos Estados Unidos existem três níveis de assessores, dentre estes se destacam os de aviação de combate, com maior profundidade de treinamento e experiência. Contudo, todos os assessores têm a missão de integrar as atividades operacionais de segurança, aumentar a capacidade e a interoperabilidade com as nações parceiras e desenvolver aviadores internacionais.

Os assessores do nível básico são encarregados de atividades operacionais de segurança, tanto nos Estados Unidos quanto em outros países. Um exemplo de assessoramento nível básico é um sargento da Força Aérea demonstrando a uma força estrangeira como preparar e manter paraquedas com segurança para uso em treinamento ou operações reais. Assim sendo, um assessor básico não requer, obrigatoriamente, formação linguística e cultural, tampouco necessita ser instrutor em sua especialidade, basta ser membro das forças convencionais, pois suas atividades são desenvolvidas, normalmente, por um curto período de tempo e apenas uma vez. Em outras palavras, a ausência de treinamentos avançados permite a rápida seleção e designação de um militar para exercer tais funções.

O emprego de assessores avançados pode ocorrer de duas maneiras: (i) esquadrões consultivos de apoio à mobilidade e (ii) esquadrões consultivos expedicionários. Estes conselheiros deverão adquirir conhecimento cultural e, por vezes, fluência no idioma nativo, de modo a treinar e orientar as forças das nações parceiras a fim de gerar capacidades. Como exemplo de atividades a serem realizadas pode-se citar o aconselhamento no desenvolvimento do programa de segurança da aviação ou ainda, o ensino das habilidades de voo por

instrumentos aos pilotos em ambientes de sala de aula. Assessores avançados também foram utilizados em esquadrões expedicionários no Iraque e no Afeganistão para conduzir o treinamento básico de pilotos em aeronaves como o Cessna 208 Caravan e o T-6 II Texan nas funções de pilotos e mecânicos. Seu trabalho é quase sempre realizado em locais implantados fora dos Estados Unidos.

Os assessores de aviação de combate atuam diretamente no nível tático e operacional, realizando voos juntamente com os pilotos da nação parceira em suas aeronaves, a fim de criar ou aprimorar capacidades, tais como operações de óculos de visão noturna, ataque leve ou evacuação de vítimas. O tempo de atuação dos conselheiros pode variar de meses até anos e incluem operações conjuntas de combate real e/ou exercícios militares com as demais Forças Armadas. Os assessores de aviação de combate também têm trabalhado rotineiramente com a interoperabilidade entre militares e membros interagências, como polícias e outras entidades governamentais.

O processo de seleção para assessores de aviação de combate nos Estados Unidos ocorre por meio de entrevista com os militares voluntários para missão. Aqueles selecionados serão aprimorados em suas habilidades táticas, bem como na capacidade de se comunicar, tanto com os líderes militares das nações amigas quanto dos EUA. Cabe salientar que, para ser voluntário, o interessado deve ser instrutor na sua especialidade.

Sem pormenorizar, os assessores têm a capacidade de melhorar a segurança nacional e, ao mesmo tempo, fomentar o crescimento das relações internacionais com os países aliados. Por seu turno, os assessores avançados trabalham rotineiramente com forças convencionais em exercícios militares internacionais para construir funções de poder aéreo de mobilidade. Enquanto assessores de aviação de combate enfocam a operacionalização das funções de poder aéreo com e por meio de forças de aviação estrangeiras para combater ameaças.

Outra área de foco dos assessores de aviação de combate é a interoperabilidade. Concentrando-se nisso, as forças parceiras podem construir normas e aprimorar habilidades para que suas próprias forças se engajem sinergicamente entre os vários ramos de suas forças armadas, a fim de melhor combater uma inimiga. Crescer como uma força interoperável também torna países distintos mais eficazes enquanto lutam juntos contra um adversário

comum.

O intercâmbio de pessoal militar entre nações amigas e aliadas, independentemente de sua especialização, é extremamente valioso e vantajoso às partes envolvidas, tanto na área acadêmica ou operacional. Além de reforçar os laços diplomáticos entre os Estados, também contribui para um espírito de união e camaradagem entre os militares.

Enquanto os intercâmbios militares normalmente envolvem indivíduos, os engajamentos dos assessores de aviação são realizados com uma equipe, que varia em tamanho a depender de como será empregada, podendo oscilar de cinco até vinte militares das mais diversas especialidades. Essas operações podem se adaptar dinamicamente ao longo do trabalho para otimizar a eficácia do treinamento, bem como para contrapor uma ameaça emergente ou condições meteorológicas adversas.

Importante enaltecer que, os compromissos com assessores deverão atender aos ganhos de capacidades desejados pelas nações parceiras, logo, se faz necessário que a atuação destes ocorra num exercício elaborado sob medida para treinamento e desenvolvimento das habilidades almejadas. Tais atividades devem ser muito bem planejadas, de modo a envolver todas as especialidades componentes, bem como operações conjuntas e interações julgadas necessárias. Após a conclusão de um engajamento de assessores, a liderança sênior da força aérea da nação parceira, geralmente o chefe do estado-maior, é informado diretamente pelo comandante da missão sobre as oportunidades de melhorias, referente as táticas, técnicas, procedimentos ou processos, que melhor atenderão as necessidades da Força.

Ainda nesse sentido, outra vantagem na atuação dos assessores é sua dedicação exclusiva à função de aconselhamento. Enquanto os militares em intercâmbio o fazem, geralmente, uma única vez e com posterior retorno as atividades realizadas antes da missão. Os assessores, em especial os de nível avançado e combate, após o período de treinamento, que pode compreender até dois anos para os assessores de combate, atuarão exclusivamente neste novo segmento após a formação. Estes militares poderão oferecer às Forças parceiras e ao país de origem benefícios que superam e muito a atuação de simples intercâmbio.

Diante do exposto, este autor, um aluno de intercâmbio na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica do Brasil, durante a redação deste

trabalho, notou que a Força Aérea Brasileira não possui um sistema de assessores de aviação de combate e, portanto, sentiu-se indagado ao problema que deu origem a este artigo científico: Quais benefícios poderão ser trazidos ao Brasil e quais devem ser as áreas de foco do poder aéreo, para maximizar a eficácia de um sistema de assessores de aviação de combate institucionalizado na Força Aérea Brasileira (FAB)?

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa será determinar o nível atual de engajamento estrangeiro que a Força Aérea Brasileira possui com as forças armadas aliadas e quais benefícios poderão advir da criação de um programa de assessores de aviação de combate na FAB.

Considerando que o Brasil possui a maior economia e Força Aérea da América Latina, este pesquisador adota a hipótese de que o desenvolvimento e o emprego de um sistema de assessores de aviação de combate trarão benefícios tangíveis nas relações internacionais do Brasil, bem como no incremento das capacidades do poder aéreo das nações aliadas no tocante aos objetivos políticos, estratégicos, operacionais e táticos.

A fim de orientar as ações de pesquisa para o alcance do objetivo geral, foram delimitados os seguintes objetivos específicos, a saber: identificar o nível atual da capacidade de interagir em uma função de assessoramento, dentro da Força Aérea Brasileira; identificar quais nações aliadas do Brasil interagiriam, com mais benefícios, aos objetivos de segurança nacional do Brasil, no que diz respeito ao enfoque da estratégia de poder aéreo; identificar as capacidades aéreas que mais beneficiariam o Brasil, ao interagir com nações aliadas na América Latina; e identificar oportunidades de potencial interoperabilidade entre a Força Aérea Brasileira e as forças aéreas aliadas na América Latina e além.

A motivação para este estudo foi identificar se o desenvolvimento e emprego do sistema de assessores de aviação de combate produziria benefícios tangíveis para o Brasil.

O sistema de assessores de aviação de combate é um sistema único para as forças armadas, porque seus benefícios nem sempre são imediatamente tangíveis nem claramente medidos; entretanto, com o desafio de recursos limitados que todas as forças armadas possuem, fortalecer as capacidades do poder aéreo através das fronteiras internacionais, compartilhar a execução de missões e aumentar as alianças podem ser as formas mais econômicas de manter a segurança nacional.

2. METODOLOGIA

O desenvolvimento do presente Artigo envolveu a síntese de vários métodos. Primeiramente, o autor buscou entrevistar líderes da Força Aérea Brasileira, desde operadores do nível tático do poder aéreo até o nível do planejamento estratégico. Iniciou cada entrevista compartilhando com os entrevistados a história e o valor que os assessores de aviação de combate trouxeram aos Estados Unidos nos planos político, estratégico, operacional e tático.

Inicialmente as entrevistas abordaram sobre as interações estrangeiras estabelecidas pelos entrevistados da Força Aérea Brasileira e qual o valor percebido nesses contatos. Com base nas informações coletadas foi possível identificar os níveis atuais e potenciais de interação com outras forças aliadas da América Latina.

Também foram entrevistados membros no nível de planejamento estratégico da Força Aérea Brasileira, de modo a determinar quais nações são aliadas do Brasil e quais as capacidades do poder aéreo que poderiam ser engajadas, sob o método do sistema de assessores de aviação de combate, para obtenção de ganhos futuros, tanto no poder militar quanto nas relações internacionais.

Por oportuno, um tema de relevante interesse da Pesquisa, perguntado aos entrevistados, foi sobre a tendência recente de isolacionismo do Brasil e quais os efeitos das inclinações políticas dos países vizinhos da América Latina sobre o potencial de assessoria aérea no futuro.

Uma vez que as opções potenciais de engajamento com assessores de aviação de combate e as capacidades relevantes do poder aéreo do Brasil foram determinadas, o autor combinou essas informações com a doutrina militar dos EUA, conclusões de periódicos acadêmicos externos e experiência pessoal anterior, para avaliar a validade da hipótese declarada deste Artigo.

Sendo o autor do Artigo um assessor de aviação de combate da Força Aérea dos Estados Unidos, com mais dez anos de experiência profissional em operações especiais e tendo liderado equipes de assessores de aviação de combate em vários países, experimentou em primeira mão os benefícios que assessores combates oferecem a parcerias internacionais estratégicas. Destarte, a experiência profissional do Autor terá relevância ímpar na condução da

pesquisa, sendo este perfeitamente qualificado para adequação e desenvolvimento de um sistema de assessores de aviação de combate na Força Aérea Brasileira.

Embora existam algumas similitudes entre os intercâmbios militares individuais e as operações conduzidas pelos assessoramentos de aviação, não são iguais e não devem ser confundidos. Este Artigo não se debruçará sobre a discussão do que seja melhor ou pior na relação entre aconselhamento e intercâmbio, mas sim demonstrar os elevados ganhos oferecidos pelo assessoramento e sua distinção do intercambio de pessoal.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Os avanços tecnológicos e as abordagens operacionais mudaram a face da guerra. Os militares ocidentais com foco convencional criaram um meio de dissuasão suficiente, baseado em suas vantagens avassaladoras em poder de fogo, tecnologia, tática e treinamento eficaz.

No entanto, a guerra não convencional tornou-se o método de escolha para mitigar as vantagens militares tecnológicas dos Estados Unidos e seus aliados. Embora no passado as ideologias convencionais fossem a chave para o sucesso, está claro que no ambiente atual, as abordagens não convencionais, como o assessoramento aéreo, serão o tipo de pensamento único necessário para vencer (FOWLER, 2019). Por conta desta realidade e da mudança do clima de guerra, os assessores de aviação de combate são treinados na guerra não convencional de forma a trazer este tipo de flexibilidade para a luta e estarem mais bem posicionados para vencer.

As táticas de mobilização das forças de combate na Primeira Guerra Mundial para suplantar a guerra de trincheiras, bem como as vantagens tecnológicas temporárias no período entre guerras e durante a Segunda Guerra Mundial, foram empregadas a fim de obter superioridade militar; entretanto, começando com a Guerra Fria e evoluindo para o conflito atual, a condução da guerra irregular em nome do Estado patrono, como por meio do assessoramento aéreo, tem se mostrado um meio eficaz de combate (FOWLER, 2019).

Foi demonstrado que os Estados Unidos não tiveram sucesso na luta contra a guerra do Vietnã devido à estrutura organizacional inadequada das forças armadas multisserviço, estruturalmente dedicadas à condução da guerra convencional, no estilo de desgaste que fez até mesmo lutadores e forças

capazes falharem. De acordo com Luttwak (1984), é imperativo agora alcançar o drástico remédio organizacional que irá liberar as habilidades e a devoção patriótica tão amplamente presentes entre oficiais e homens, para obter seus frutos para a nação. Em outras palavras, métodos irregulares e inovadores de guerra devem ser examinados de forma que as falhas anteriores, como este exemplo dos Estados Unidos no Vietnã, possam ser aprendidas e não condenem as forças futuras ao fracasso.

Os Estados Unidos entraram no conflito no Vietnã com a mentalidade de que a vitória poderia ser alcançada por meio de um grande e capaz contingente de forças convencionais, ao passo que, na realidade, a capacidade de lutar usando táticas de guerra irregular, como assessoramento aéreo, teria sido mais eficaz e apropriada. Nesse mesmo contexto, o conhecimento de como conquistar os corações e mentes do adversário e daqueles que o combatem teria sido inestimável e provavelmente teria levado a um melhor desfecho no conflito do Vietnã.

Uma diferença significativa entre os membros encarregados da condução da guerra convencional e aqueles que empregam práticas semelhantes às da guerra irregular, como o assessoramento militar, é que os assessores aéreos empregam seus recursos com o conhecimento da política e dos efeitos de segunda e terceira ordem em jogo. Levado ao extremo, de acordo com os Fuzileiros dos Estados Unidos da América (1989), alguém treinado adequadamente na condução da guerra irregular é intensamente leal e uma máquina de combate politicamente alerta, seja aconselhando sobre técnicas básicas de voo ou construindo relacionamentos em um nível estratégico. Esta combinação única de astúcia política, consciência cultural e especialização em uma atividade militar, oferece um método comprovado para vencer batalhas antes mesmo que comecem, salvando assim um número incontável de vidas humanas e recursos financeiros.

Segundo UNITED STATES OF AMERICA, Department of Defense:

O consultivo aéreo é uma capacidade da Força Aérea empregada em toda a gama de operações militares em apoio aos objetivos do comandante combatente (CCDR por suas siglas em inglês), do comandante das forças aéreas (COMAFFOR por suas siglas em inglês) ou do comando de operações especiais do teatro (TSOC por suas siglas em inglês). O assessoramento aéreo pode criar efeitos táticos, operacionais e de nível estratégico (2020, tradução nossa).

Desta forma, como o consultivo aéreo contribui para o poder aéreo, desde o nível tático até o nível estratégico, influenciando nas relações internacionais de defesa, ele deve ser examinado e levado em consideração ao se considerar o futuro do poder aéreo no Brasil.

4. ASSESSORIA DE AVIAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Como já informado anteriormente, a instituição da assessoria de aviação é complexa e seus resultados normalmente não são imediatamente mensuráveis, sendo esta intangibilidade um dos aspectos de maior dificuldade quando da apresentação às lideranças militares e políticas, com o intuito de viabilizar a implantação da assessoria. Por outro lado, isso contrasta com a maioria das outras capacidades militares, como apoio aéreo aproximado, mobilidade aérea e reconhecimento tático, em que os resultados são imediatos, mensuráveis e simples de transmitir num relatório. No entanto, devido aos inúmeros efeitos estratégicos de segunda e terceira ordem, o assessoramento em aviação tem se mostrado um método eficiente e econômico para ganhar influência e, em última instância, ser vitorioso.

De acordo com Gray (2007), as forças geralmente são organizadas, equipadas e treinadas para lutar contra outras forças com características semelhantes. Na guerra regular, busca-se a vitória por meio da derrota decisiva das forças dos inimigos no campo de batalha. Mas quando a assessoria de aviação é empregada como estratégia e tática, não apenas uma habilidade militar tangível está sendo ensinada à nação parceira, mas uma relação palpável entre o país que assessoria e o que está sendo assessorado é criada.

Militares convencionais são treinados para derrotar um inimigo. No entanto, um assessor de aviação bem treinado, embora tenha formação e experiência para derrotar o inimigo pela força, também sabe que criar e cultivar uma relação com uma nação parcialmente aliada é significativamente mais eficaz do que implorar a misericórdia de um país invasor. Também é mais barato em termos de risco para a vida dos militares e em termos de medidas financeiras.

Essa dinâmica coloca o assessor de aviação em posição de trabalhar nos níveis táticos, operacionais e estratégicos, que não são responsabilidades tradicionalmente atribuídas individualmente a um militar. Contudo, se o assessor tiver sido selecionado e treinado adequadamente, os efeitos podem ser valiosos, sob o amplo espectro dos níveis de emprego da força militar.

A chave para o sucesso do assessoramento de aviação é ser proativo, ao invés de reativo. Seu emprego por parte da liderança assessorada também parte do mesmo princípio, visando evitar a ocorrência de conflitos sérios, em vez de aguardar a escalada da guerra, o que custaria uma magnitude em vidas, mão de obra e recursos financeiros para ser resolvido.

O assessoramento da aviação, e especialmente o assessoramento da aviação de combate, pode incluir a realização de guerra irregular. De acordo com o Anexo de Guerra Irregular da Estratégia de Defesa Nacional dos EUA, o envolvimento americano na guerra irregular tem sido cíclico. Quando existe um ciclo reativo, nem a guerra tradicional nem a irregular podem ser efetivamente conduzidas (UNITED STATES, 2020). A condução bem-sucedida da guerra irregular e, por extensão, do conselho da aviação, depende de uma ação unificada com parceiros multinacionais.

Existem divisões estruturais que limitam a capacidade de responder a aspectos não militares da competição entre Estados. Nesse caso, um assessor de aviação treinado é eficaz no cumprimento da missão com sua diversidade de idioma e treinamento cultural, juntamente com a capacidade de instruir e aconselhar sobre o poder aéreo.

4.1. Análise dos Dados Coletados

Os dados de pesquisa foram coletados na forma de entrevistas formais conduzidas pelo autor com três instrutores da Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica do Brasil, todos com formação em relações internacionais e guerra irregular e alguns deles com experiências reais nas operações da Força Aérea Brasileira. Doravante, os entrevistados serão referidos como "primeiro entrevistado", "segundo entrevistado" e "terceiro entrevistado". Os dados coletados foram analisados de acordo com os quatro objetivos deste projeto com os resultados explicados a seguir.

Este trabalho buscou, entre outros objetivos, determinar o atual nível de interação da Força Aérea Brasileira para atuar no papel de assessor de nações parceiras. De acordo com o Artigo 40 da Constituição do Brasil, as Forças Armadas brasileiras só podem atuar em atos de legítima defesa do país e, por exemplo, não seriam capazes de se envolver em guerras no exterior, como ocorreu no passado com o emprego de outros países no Iraque e no Afeganistão (BRASIL, 1988). No entanto, um aspecto fundamental dos assessores de aviação

é que normalmente o seu objetivo principal não é ser empregado diretamente em combate e sim para evitar conflitos futuros.

Os três entrevistados comunicaram que a interação da Força Aérea Brasileira com as nações parceiras é limitada, embora resultados positivos tenham sido atribuídos à construção de parcerias internacionais eficazes, como exemplos dados por oficiais de ligação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), oficiais de ligação com a Força Tarefa Conjunta Interagências-Sul (JIATF-S por suas siglas em inglês), um programa de controle de tráfego aéreo com o Paraguai e o programa do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM).

A parceria de controle de tráfego aéreo foi uma atividade conjunta entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) do Brasil e a Direção Nacional de Aeronáutica Civil (DINAC) do Paraguai em 2018, se chama X-4000. O projeto deu capacidade de radar de aproximação ao Aeroporto Internacional de Guarani, em Ciudad del Leste, no Paraguai, que fica na fronteira com o Brasil.

Segundo Elias (2018): “O acordo prevê, ainda, um conjunto de cursos para capacitação na área de segurança operacional e gerenciamento de fluxo, consolidando a parceria entre os dois países”. Assim, este projeto não apenas criou uma melhoria importante na segurança e confiabilidade do tráfego aéreo, mas ajudou a construir e manter uma importante parceria internacional estratégica, por meio da qual controladores de tráfego aéreo da Força Aérea Brasileira treinaram e aconselharam controladores de tráfego aéreo paraguaios (SANTANA, 2019).

Essa dinâmica de ensino de táticas com o objetivo de aumentar a capacidade da nação parceira e aumentar a interoperabilidade internacional é a essência do assessoramento de aviação em níveis, do tático ao operacional e ao estratégico. Este exemplo, entre outros, demonstra que há precedente para assessoramento internacional na categoria de poder aéreo e que pode ser usado para obter resultados positivos e segurança mútua entre os países vizinhos do Brasil.

Outro compromisso internacional de sucesso de quase vinte anos entre a Força Aérea Brasileira e a Colômbia é o programa SIVAM. Este programa de vigilância consiste em radares de vigilância terrestre e aerotransportado que se combinam para fornecer inteligência a fim de combater o tráfico de drogas ilegais e coibir a extração ilegal de madeira queimada na floresta (BRASIL, 2003).

O radar aerotransportado é proveniente de uma aeronave R-99 da Força Aérea Brasileira, que é o avião civil Embraer-145 equipado com um grande radar montado no topo da fuselagem. Esta capacidade opera em conjunto com sistemas de radar baseados em terra desenvolvidos pela empresa Raytheon para fornecer inteligência chave em todo o Brasil e em áreas de fronteira com outros países, notadamente a Colômbia. A inteligência pode ser coletada até 200 quilômetros na Colômbia em relação à atividade de aeronaves e outros itens. Em seguida, pode ser compartilhado com a Força Aérea da Colômbia e os serviços de inteligência colombianos, a fim de reduzir o crime organizado transnacional e as atividades ilícitas na região de fronteira.

Esse tipo de compartilhamento e assessoramento de inteligência permite que a Colômbia contribua para a segurança de si mesma e do Brasil. Assim como no programa de controle de tráfego aéreo Brasil-Paraguai, os objetivos táticos e estratégicos são atendidos e uma importante parceria internacional é fortalecida.

Embora fora do Brasil, um modelo de programa de engajamento militar internacional bem-sucedido na América do Sul é o Plano de Ação dos Estados Unidos para a Colômbia (USCAP). Este acordo de cooperação foi assinado na Cúpula das Américas de 2012, pelo ex-presidente dos EUA Barack Obama e pelo ex-presidente colombiano Juan Manuel Santos, tendo como objetivo a cooperação entre os países, a assistência às nações amigas e o fortalecimento no combate ao tráfico global de drogas e crimes transnacionais.

No entendimento de González (2020), o plano incluía o fortalecimento das capacidades militares e policiais por meio do intercâmbio e promoção de experiências, técnicas, táticas e procedimentos que permitiriam a todos os países enfrentar a insegurança que ameaça a estabilidade regional.

Por consequência o objetivo de médio e longo prazo do USCAP é continuar oferecendo treinamento nos três níveis - estratégico, operacional e tático - para os países membros, bem como fortalecer a metodologia de adestrar o treinador, que permite o conhecimento adquirido para se multiplicar por meio da geração de novas capacidades de treinamento. A expectativa é que as nações que enfrentam ameaças à segurança semelhantes às dos atuais membros possam aderir ao plano nos próximos anos.

Ainda nesse sentido, o assessoramento e o compartilhamento de táticas entre a Colômbia e outros parceiros regionais, como Honduras, Guatemala, El Salvador e Panamá alcançaram resultados tangíveis como, por exemplo, a

apreensão de 33 toneladas de entorpecentes entre 2013, quando o programa teve início, e o ano de 2018.

Destaca ainda González (2020) que, além do nível tático, Kevin Staley, chefe da Divisão de Cooperação de Segurança do Comando Sul dos EUA (SOUTHCOM por suas siglas em inglês), que supervisiona o USCAP, está coordenando com o Ministério da Defesa da Colômbia a modificação do programa para uma abordagem mais estratégica e menos tática, de modo a proporcionar equilíbrio entre as ações táticas, operacionais e estratégicas em atendimento as necessidades dos países USCAP.

Embora o programa USCAP exista devido ao financiamento significativo dos Estados Unidos, o que seria necessário para um programa brasileiro equivalente ser criado, o conceito permanece válido como uma opção para os EUA e o Brasil trabalharem para criar um programa semelhante como forma de fortalecimento e manutenção das relações do Brasil com as nações parceiras sobre a ótica da aviação militar. O sucesso do programa USCAP também demonstra a importância estratégica e o valor da cooperação conjunta dos países Latino-Americanos em funções de consultoria para fornecer segurança mútua num cenário futuro.

Sobre o tema da cooperação entre os países Latino-Americanos, se faz necessário comentar que o primeiro entrevistado identificou que há uma lamentável escassez de interação militarmente estratégica entre o Brasil e seus países vizinhos e que isso pode representar um risco de segurança futuro. Ele citou que essa condição atual de falta de interação se deve principalmente às diferenças políticas entre o Brasil e os países vizinhos, e que o Equador é uma das únicas exceções devido ao seu atual alinhamento político aproximado com o Brasil. (GONÇALVES, 2021).

Desta forma, a falta de interação entre o Brasil e outros países da região pode levar à complacência e também poderia permitir que os interesses de nações externas, que não necessariamente têm a intenção de cumprir as prioridades do Brasil, como China e Rússia, comecem a se espalhar por toda a nação. Para resistir diretamente à influência indesejada e à dependência destes países, poderia ser utilizado um sistema de assessoramento de aviação para tornar a região mais autônoma e independente.

Por seu turno, o segundo entrevistado confirmou que, embora não exista atualmente um programa de assessoria em aviação na Força Aérea Brasileira,

esse seria um sistema eficaz a ser perseguido e empregado. Ele também deixou claro que a atual falta de diálogo e de construção de parcerias militares significativas entre o Brasil e os países vizinhos não é um caminho positivo para o futuro (SOL, 2021).

O entrevistado ainda descreveu como a China assessora militares na África e nas Américas Central e do Sul e, por isso, ganhou influência significativa nessas regiões. Esse tipo de influência deve ser ajustado entre os Estados envolvidos, a fim de manter a segurança regional alinhada com as intenções e esforços locais.

Por outro lado, o terceiro entrevistado informou que, embora não exista um sistema de assessores de aviação no Brasil, os intercâmbios e interações militares internacionais têm beneficiado às Forças Armadas Brasileiras e o país como um todo. Como exemplo citou que pilotos de mobilidade da Força Aérea Brasileira, normalmente nos postos de capitão e major, trabalham como oficiais de ligação internacionais, em funções principalmente administrativas, em organizações como a OTAN e o JIATF-S.

O entrevistado também destacou que a FAB possui um robusto programa de treinamento para idiomas como inglês e espanhol, capacitando militares para atuar em território estrangeiro, contando com cerca de 40 a 50 voluntários por ano e que esses números não incluem as outras Forças. Estes militares podem atuar individualmente ou em equipe (JUNIOR, 2021).

Em suma, referindo-se ao primeiro objetivo específico desta pesquisa foi demonstrado que o Brasil tem tido sucesso na interação com nações parceiras no que diz respeito ao poder aéreo, como ao ajudar o Paraguai a implementar um sistema de controle de tráfego aéreo aprimorado, Colômbia com o programa SIVAM, ligações com a OTAN e JIATF-S e outros.

Essa disposição, aliada a uma escola de idioma e cultura já existente na Força Aérea Brasileira, prova que a base para um sistema de assessoramento aéreo já existe e que avançar para o estabelecimento de assessoria aérea regular seria benéfico. Os benefícios desse sistema poderiam ser percebidos com uma maior segurança regional, aprimoramento na interoperabilidade militar, bem como na economia significativa dos custos, uma vez que a segurança da região seria dividida entre os países participantes.

O objetivo específico seguinte cuida de identificar quais nações aliadas do Brasil interagiriam, com mais benefícios, aos objetivos de segurança nacional

Brasileira, no que diz respeito ao enfoque da estratégia de poder aéreo. Sobre o tema, os três entrevistados alegaram que o Estado Brasileiro entrou em um período de isolacionismo – espaço temporal que já perdura há alguns anos –, logo, a interação militar, política e estratégica entre as nações vizinhas está em estado de retrocesso.

Apesar disso, usando a analogia de que o dono de uma casa deve fazer amizade com seus vizinhos desde o início para poder depois pedir alguma ajuda, durante uma emergência, em vez de tentar começar a fazer amigos enquanto sua casa pega fogo, uma nação deve fazer o mesmo para sempre ter opções disponíveis durante uma contingência.

Na América do Sul o Brasil faz fronteiras com quase todos os países, exceto Equador e Chile, os quais não estão geograficamente distantes do Estado Brasileiro, bem como são países relevantes no contexto da segurança nacional. Fazendo uma análise calçada no segundo objetivo, pode-se perceber que o Equador está politicamente alinhado com o Brasil, todavia, embora o Chile não esteja próximo, este possui vasto acesso ao oceano Pacífico, ou seja, também apresenta interesse geoestratégico. Por tais razões, é imperativo que se trabalhe para manter relações robustas com o maior número de nações possível na região. Tomando como exemplo situações além da América do Sul, o segundo entrevistado mencionou o valor estratégico potencial em colaborar com países como Israel, Japão e Índia. De acordo com a EMAER, fora da América Latina, o Brasil já tem parcerias da Força Aérea com África do Sul, França, Polônia, Suécia, entre outros (WILTGEN, 2015). Nesse contexto, o assessoramento de aviação tem a capacidade de trazer benefícios não só na área local, mas também de compartilhar táticas e estratégias com países de outros continentes.

Um dos principais benefícios do assessoramento de aviação é que estratégias, táticas, técnicas, e procedimentos não são apenas transferidos do país de transmissão para o país de recebimento. É uma dinâmica em que ambas as entidades se beneficiam uma da outra e crescem por meio de experiências compartilhadas. Um esquadrão aéreo mais experiente e maduro pode aprender com um menos experiente, que se desenvolveu de forma independente e por meio da defesa contra um inimigo diferente. Essa dinâmica é uma das essências do assessoramento de aviação.

Apesar de ser ideal que o Brasil tenha compromissos de assessoria aérea com o maior número possível de nações, essa não é uma opção plausível devido

às limitações financeiras e de pessoal. Portanto, com essas limitações em mente e com base em dados derivados dos entrevistados e de fontes literárias, futuros compromissos de assessoramento provavelmente seriam bem-sucedidos e benéficos para a segurança regional brasileira com os países da Colômbia, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai e, como prioridade secundária, embora significativamente valiosa, a Índia.

O sistema de assessoramento de aviação já provou ser um sucesso entre Brasil e Colômbia com o programa SIVAM. A Força Aérea Brasileira e a Força Aérea Colombiana estão continuamente engajadas contra os narcotraficantes, tanto no solo quanto no ar. Tanto a Força Aérea Brasileira quanto a Força Aérea Colombiana operam o A-29, existindo um histórico de operações conjuntas entre estes países na utilização da aeronave, como a ainda ativa Operação Ágata do Brasil e a luta contínua da Colômbia contra os dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC).

Pilotos das Forças Aéreas Brasileira e Colombiana, mecânicos, infantaria para segurança de aeródromo, inteligência, especialistas em sobrevivência na selva e operações com óculos de visão noturna poderiam se engajar para compartilhar táticas e lições aprendidas durante o combate. Os exercícios que testam o emprego do poder aéreo e os conceitos de combate específicos aos requisitos da guerra na selva melhorariam a eficácia da interdição de narcotraficantes, pistas de pouso ilegais, mineração ilegal e desmatamento ilegal. Tudo isso seria mais eficaz se liderado por assessores de aviação selecionados e treinados pela Força Aérea Brasileira.

Atualmente existe um esforço conjunto entre as Forças Aéreas do Brasil e Equador para o treinamento de pilotos e mecânicos Equatorianos na aeronave A-29. Por exemplo, os esquadrões Joker, Grifo, Flecha e Escorpião já enviaram militares, fluentes em língua espanhola, para missões de ensino no Equador (WILTGEN, 2015). Considerando o cenário de alinhamento político favorável entre os países, o Brasil deveria aproveitar essa oportunidade para estreitar as relações internacionais por meio do assessoramento de aviação, buscando atuar conjuntamente em áreas como manutenção das aeronaves, inteligência, defesa de base e sobrevivência na selva.

O engajamento dos assessores de aviação com as Forças Armadas dos Estados da Argentina, Uruguai e Paraguai é valioso principalmente pela justificativa óbvia de que são nações vizinhas com um desejo mútuo com o Brasil

de segurança regional. A situação política e econômica dessas nações apresenta desafios palpáveis para a execução bem-sucedida de compromissos no curto prazo; no entanto, tendo em vista a proximidade geográfica e a pressão constante da influência chinesa e russa na América Latina, trabalhar em engajamentos militares estratégicos, como o assessoramento de aviação, resultará em concretos benefícios às nações envolvidas.

No tocante a Índia, esta nação foi escolhida como uma prioridade valiosa, embora secundária, para o envolvimento estratégico no contexto do assessoramento de aviação, pois sendo integrante do BRICS (conjunto de nações emergentes de grande influência regional) deve ser considerado importante o alinhamento com esse Estado. Considerando que o BRICS se reúne anualmente para construir e manter relações bilaterais baseadas na igualdade e benefício mútuo, o Brasil poderia estreitar ainda mais os laços com os Indianos por meio do assessoramento de aviação, fazendo deste um meio eficaz de crescer juntos militar e politicamente nos níveis estratégico, operacional e tático. Sendo Índia e Brasil localizados em latitudes equivalentes em seus respectivos hemisférios terrestre, apresentam climas semelhantes, logo, assistência humanitária e socorro em desastres, poderiam ser respondidos com desafios semelhantes, favorecendo a cooperação entre as nações. Ademais, as culturas brasileira e indianas poderiam se beneficiar mutuamente em temas como cultura militar, ética de trabalho e desafios regionais que são diferentes entre si.

Engajamentos com a Força Aérea Indiana representariam um desafio único e valioso para assessores de aviação da Força Aérea Brasileira, especialmente devido à sua localização distante e diferenças culturais significativas. Porém, quando os assessores de aviação demonstram esforços em aprender os costumes e cortêsias de um militar estrangeiro, bem como partes da sua língua e cultura, os compromissos podem ter efeitos marcantes e intemporais.

Como Brasil e Índia são países grandes com necessidades significativas de mobilidade aérea em grandes áreas, especialmente em resposta a crises humanitárias, o assessoramento poderia se concentrar em missões humanitárias, como lançamento aéreo pela entrega de suprimentos de emergência na aeronave C-130, que é operada por ambas Forças Aéreas. Poderiam existir opções de engajamento mais avançadas usando o KC-390 da Força Aérea Brasileira em assessoramento com tripulações C-17 da Força Aérea Indiana. Digno de nota é

que, como a Índia está localizada em latitudes ao norte semelhantes às do Brasil, às latitudes ao sul, desafios climáticos semelhantes são compartilhados por ambas as Forças Aéreas.

Entretanto, os custos e a logística envolvidas nas operações entre Brasileiros e Indianos são altos e desafiadores, sendo este um fator limitador, ademais o Brasil deve primeiramente priorizar a região que se situa no seu entorno geográfico, a América do Sul.

O terceiro objetivo específico deste trabalho buscou determinar quais capacidades de poder aéreo mais beneficiariam o Brasil se fossem engajados por assessores aéreos em operações com nações parceiras. Eles serão descritos a seguir com Colômbia, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai e Índia.

Os sucessos anteriores do Brasil trabalhando com a Colômbia no programa SIVAM com inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR) por meio de aeronaves e meios terrestres demonstra que uma maior interação com o assessoramento de aviação seria um meio eficaz para alavancar os benefícios estratégicos, operacionais e táticos. As ações de assessoramento realizadas em conjunto com IVR otimizaria o processo de atribuição de tarefas de inteligência, coleta, processamento, exploração e disseminação, trazendo ganhos mútuos aos envolvidos por meio do compartilhamento das lições aprendidas.

Tendo em vista que a aeronave A-29 Super Tucano é operada pelas Forças do Brasil e Colômbia para IVR e missões de ataque, tornando-o uma linha de esforço benéfica para assessoramento. Logo, a existência de capacidades semelhantes e terreno coberto pelas duas Forças Aéreas tornariam a defesa da base, a sobrevivência na selva e a sobrevivência no mar outras áreas de foco eficazes. Os potenciais exercícios durante os estágios finais de assessoria à Colômbia poderiam incluir operações conjuntas entre a Força Aérea e o Exército ou Marinha, combinando ataques terrestres e aéreos paralelos em cenários de selva. Isto poderia levar a um cenário de recuperação de pessoal e ao ensino de técnicas de sobrevivência na selva.

A Força Aérea do Equador, assim como a Colômbia, depende fortemente das aeronaves A-29 e interações semelhantes de assessoramento de aviação entre Brasil e Colômbia se aplicariam ao Equador, especialmente com foco em IVR e ataque leve. Existem oportunidades adicionais para mecânicos brasileiros de A-29 e especialistas da Força Aérea Brasileira em sobrevivência na selva para conduzir o assessoramento. Um exercício lógico para concluir uma gestão de

assessoramento de aviação poderia incluir técnicas de coleta e processamento de inteligência e, ao mesmo tempo, conduzir operações conjuntas com a Marinha do Equador com patrulhas para narcotráfico e pesca ilegal nas proximidades das Ilhas Galápagos.

As operações de assessoramento de aviação com a Argentina, Uruguai e Paraguai seriam valiosas quando focadas na segurança regional, uma vez que essas nações fazem fronteira com o Brasil. As áreas de enfoque de atribuição de tarefas, coleta, processamento, exploração e disseminação de inteligência da força aérea, bem como o planejamento de exercícios conjuntos, ajudariam no desenvolvimento de relacionamentos nos níveis tático, operacional e estratégico. Além disso, o envolvimento com cada uma dessas nações para assessorar na resposta a desastres naturais, como incêndios florestais, terremotos ou inundações usando a mobilidade aérea constrói e mantém parcerias, mantendo a prontidão na região.

O quarto e último objetivo específico deste trabalho foi identificar as oportunidades de interoperabilidade potencial entre a Força Aérea Brasileira e outras forças aéreas aliadas na América Latina e no mundo. A avaliação dos dados e da pesquisa para este projeto demonstrou que o envolvimento com as nações parceiras na capacidade de assessoramento de aviação seria de valor significativo para os objetivos políticos, estratégicos, operacionais e táticos da Força Aérea Brasileira e do Estado do Brasil.

Conforme descrito em detalhes neste trabalho, assessores aéreos de níveis básico, avançado e de combate são treinados e empregados pela Força Aérea dos Estados Unidos. O objetivo central deste trabalho buscou determinar a viabilidade de desenvolvimento de um sistema de assessores aéreos na Força Aérea Brasileira e em quais níveis de aplicação.

Foi demonstrado e comprovado neste trabalho que membros exclusivamente qualificados da Força Aérea Brasileira devem ser selecionados e treinados especificamente para serem assessores aéreos dedicados nos níveis básicos e avançados. Uma vez que não existe atualmente um sistema de assessores aéreos dedicados na Força Aérea Brasileira, a recomendação da pesquisa é que assessores de nível de combate não sejam desenvolvidos até que um sistema bem sucedido de assessores básicos e avançados tenha sido implementado e destacado seus membros com sucesso. Pode-se levar quase dois anos para treinar totalmente um avaliador de aviação de combate e esse

nível de assessoramento ainda não é exigido para missões no Brasil.

É recomendável que, aproximadamente, oito membros motivados e perspicazes culturalmente da Força Aérea Brasileira, nos postos de oficiais superiores ou graduados de larga experiência, se reúnam como uma equipe com um ou mais membros de assessores de aviação dos níveis avançado e de combate da Força Aérea dos Estados Unidos para iniciar a construção dos parâmetros de um sistema permanente de assessores aéreos na FAB. Com isso, se iniciariam os planejamentos de operações de treinamento, quando seria oportuna a apresentação deste projeto às lideranças governamentais sobre como utilizar de forma mais eficaz os futuros assessores de aviação da Força Aérea Brasileira.

Por oportuno, é recomendado que um piloto instrutor culturalmente apto, motivado e experiente da Força Aérea Brasileira, seja de caça, reabastecimento, mobilidade, helicóptero ou IVR, seja enviado aos Estados Unidos como um oficial de intercâmbio. Este piloto instrutor de intercâmbio participaria do curso de qualificação de assessor de aviação de combate da Força Aérea dos Estados Unidos por aproximadamente quatro meses, onde aprenderia várias táticas de operações especiais e passaria por inúmeras simulações de operações em tempo de paz e guerra, com nações parceiras simuladas atuando como avaliador de aviação de combate.

A justificativa para essa recomendação é que a Força Aérea dos Estados Unidos vem treinando e desdobrando assessores de aviação de combate por décadas e lições valiosas seriam aprendidas pelo oficial de intercâmbio da Força Aérea Brasileira, observando o processo de treinamento já implementado e trabalhando ao lado de assessores experientes. Essa experiência seria trazida de volta à FAB pelo oficial para melhor prepará-la para auxiliar no desenvolvimento de um programa orgânico de assessoramento.

O oficial designado seria treinado por cerca de 6 meses a 1 ano, em idiomas como espanhol, árabe ou francês e também ensinado a instruir os padrões de piloto em uma aeronave apropriada para assessoramento com uma nação parceira. Esse instrutor de intercâmbio treinaria então em estreita colaboração com uma equipe de cerca de 10 a 20 assessores de aviação de combate durante meses em preparação para uma operação específica de assessoramento real, como para uma operação que enfocou IVR, sobrevivência na selva, recuperação de pessoal, treinamento de óculos de visão noturna,

mobilidade aérea ou qualquer combinação desses itens.

Esta parte do treinamento envolveria eventos que simulam os desafios de estar em uma equipe pequena implantada em um local remoto com uma cultura, idioma diferente e situação de segurança potencialmente comprometida. Simulações de emergência médica de atendimento a vítimas em combate tático e outros treinamentos relevantes e exclusivos também podem ser realizados, como direção defensiva tática em carros e treinamento com armas adicionais.

Após esse treinamento inicial, o treinamento do idioma e a preparação específica para uma operação com uma equipe, o intercambista brasileiro destacaria com a equipe dos assessores de aviação de combate dos Estados Unidos em uma missão real por aproximadamente quatro a seis semanas em que o militar teria um papel ativo no assessoramento. Mais importante, o oficial de intercâmbio veria como avaliadores experientes conduzem suas missões especializadas e respondem aos desafios esperados e inesperados.

Depois a operação desdobrada, o oficial de intercâmbio retornaria ao Brasil com treinamento, conhecimento e experiência operacional do cenário de combate atual a fim de contribuir com a construção da fundação dos primeiros assessores de aviação da Força Aérea Brasileira.

Finalmente, pode-se afirmar que com os quatro objetivos específicos atingidos, foi possível chegar ao objetivo final, em resposta ao problema desta pesquisa. A análise do objetivo geral foi responsável por determinar o nível atual de engajamento estrangeiro que a Força Aérea Brasileira tem com as forças armadas aliadas e quais benefícios poderão advir da criação de um programa de assessores de aviação de combate na FAB.

Cabe ressaltar que esta análise serve como parâmetro de avaliação de que um sistema de assessores de aviação de combate é parcialmente adequado para a Força Aérea Brasileira, tendo em vista que esta instituição precisa de uma preparação prévia com intercambistas e assessores básicos de aviação, antes de prosseguir para assessoria avançada e de combate.

5. CONCLUSÃO

Em conclusão, os três níveis de assessoramento aéreo da Força Aérea dos Estados Unidos - básico, avançado e de combate, foram descritos neste trabalho com o intuito de testar a hipótese de que é apropriado desenvolver um sistema de assessores de aviação de combate na Força Aérea Brasileira. Para

tanto, a coleta de dados por meio de entrevistas, analisadas sob a ótica deste autor, um assessor de combate dos Estados Unidos, foi fundamental para se chegar às presentes conclusões.

Para determinar a validade da hipótese, quatro objetivos foram propostos e avaliados. Primeiramente, foi demonstrado que a Força Aérea Brasileira contribuiu com sucesso para as metas nacionais políticas, estratégicas, operacionais e táticas por meio de intercâmbios de pessoal militar e ligações militares em organizações internacionais, embora exista capacidade significativa para fazer mais na forma de assessoramento de aviação.

Em segundo lugar, devido aos sucessos anteriores da interação brasileira com programas baseados na aviação, organizações internacionais e países vizinhos, foi verificado que as nações mais propícias para as interações por meio de assessoramento de aviação são Colômbia, Equador, Argentina, Uruguai, Paraguai e Índia.

Em terceiro lugar, a fim de melhor manter a segurança regional e compartilhar a responsabilidade pelo financiamento e mão de obra, capacidades como IVR, mobilidade, lançamento aéreo, óculos de visão noturna, assistência humanitária, sobrevivência na selva, sobrevivência no mar e defesa de bases aéreas são entidades apropriadas para engajar como parceiras as nações com assessoramento de aviação.

Por último, a fim de maximizar as oportunidades de interoperabilidade, foi demonstrado que o envio de um ou mais assessores de aviação de combate da Força Aérea dos Estados Unidos para dar consultoria aos membros da Força Aérea Brasileira sobre o desenvolvimento de um sistema de assessoramento de aviação de combate seria vantajoso.

Isso seria aumentado com o envio de um piloto da Força Aérea Brasileira para treinar e implantar com a Força Aérea dos Estados Unidos, a fim de que a experiência e o conhecimento pudessem ser retornados ao Brasil, para auxiliar no desenvolvimento de um sistema de assessoramento de aviação de combate.

Finalmente, a hipótese de que deveria ser instituído o sistema de assessoramento de aviação de combate na Força Aérea Brasileira revelou-se falsa uma vez que os dados e as pesquisas mostraram que a missão e os requisitos de treinamento a esse nível não são apropriados neste momento.

No entanto, tem sido demonstrado que existe um grande benefício a ser obtido com o desenvolvimento e emprego de sistemas de assessoramento de

aviação de níveis básico e avançado. Uma vez que estes níveis de assessoramento tenham sido criados, será então adequado avaliar se o seu desenvolvimento e implantação é adequado.

Desta forma, conclui-se que todos os três níveis do sistema de assessoramento de aviação, que podem ser usados pela Força Aérea Brasileira para alcançar objetivos políticos, estratégicos, operacionais e táticos, posicionarão melhor o Brasil como líder e provedor de segurança regional na América Latina.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Kátia. **Radar do Sivam pode vigiar a Colômbia**. Folha de São Paulo, 24 março 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2403200314.htm>. Acesso em: 16 abr. 2021.

ELIAS, João. **DECEA inicia implantação da plataforma X-4000 no Paraguai**. Notícias Força Aérea Brasileira, 2018. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/noticias/mostra/32933/TR%C3%81FEGO%20A%C3%89REO%20-%20DECEA%20inicia%20implanta%C3%A7%C3%A3o%20da%20plataforma%20X-4000%20no%20Paraguai>. Acesso em: 16 abr. 2021.

FOWLER, Mike. **The rise of the present unconventional character of warfare**, Real Clear Defense, 2019. Disponível em: https://www.realcleardefense.com/articles/2019/11/04/the_rise_of_the_present_unconventional_character_of_warfare_114828.html. Acesso em: 16 abr. 2021.

GONÇALVES, Alexandre. Força Aérea Brasileira. **Entrevista por videoconferência**. 5 jul. 2021.

GONZÁLEZ, Maria Carolina. USCAP helps rebuild a safer region. **Diálogo Digital Military Magazine**, 2020. Disponível em: <https://dialogo-americas.com/articles/uscap-helps-rebuild-a-safer-region/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

GRAY, Colin S. Irregular warfare: one nature, many characters. **Strategic Studies Quarterly**, Winter 2007. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a515561.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

JUNIOR, Roberto Rodrigues Gomes, Força Aérea Brasileira. **Entrevista por videoconferência**. 6 jul. 2021.

LUTTWAK, Edward N. **Notes on low-intensity warfare**. 1984. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/parameters/vol13/iss1/15/>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MACHADO, Adriano. **Brazil's military patrols its remote northern amazon border region**. Reuters, 2020. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-brazil-military-operation-idUSKBN2711QN>. Acesso em: 16 abr. 2021.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 4º, IV e VI. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 abr. 2021.

SANTANA, Christiane. **FAB inaugura controle de aproximação em cooperação com o Paraguai**. DefesaNet, 2019. Disponível em: https://www.defesanet.com.br/br_py/noticia/34683/FAB-inaugura-Controle-de-Aproximacao-em-cooperacao-com-o-Paraguai/. Acesso em: 16 abr. 2021.

SOL, Eduardo, Escola de Comando e Estado Maior de Aeronáutica. **Entrevista por videoconferência**. 6 jul. 2021.

UNITED STATES OF AMERICA, Department of Defense. **Air advising operations: Air Force instruction 10-4301**, volume 3. Estados Unidos: Department of Defense, 2020.

UNITES STATES OF AMERICA, Department of Defense. **Combat aviation advisors: capabilities brief version 0.7**. Department of Defense, 2020.

UNITED STATES OF AMERICA, Department of Defense. **Summary of the irregular warfare annex to the national defense strategy**. 2020. Disponível em: <https://media.defense.gov/2020/Oct/02/2002510472/-1/-1/0/Irregular-Warfare-Annex-to-the-National-Defense-Strategy-Summary.PDF>. Acesso em: 16 abr. 2021.

U.S. MARINE CORPS, Department of Defense. **Mao Tse-Tung on guerrilla warfare: FMFRP 12-18**. 1989. Disponível em: <https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/FMFRP%2012-18%20%20Mao%20Tse-tung%20on%20Guerrilla%20Warfare.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2021.

WILTGEN, Guilherme. **Militar da FAB Ministra instrução operacional sobre o A-29 super tucano**. Defesa Aérea e Naval, 2015. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/militar-da-fab-ministra-instrucao-operacional-sobre-o-a-29-super-tucano>. Acesso em: 16 abr. 2021.